

ESP-CTO. EST. EDUC. TECNOL. P. SOUZA - CEETEP

Estudo Técnico Preliminar 2/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 136.00165314/2025-04

2. Objeto

Serviço de engenharia para adequação da cabine primária - Fatec Prof.º Wilson Roberto Ribeiro de Camargo - Tatuí/ SP.

3. Local de Execução

Os serviços deverão ser executados na Fatec Prof.º Wilson Roberto Ribeiro de Camargo, localizada na Rodovia Mário Batista Mori, n.º 971, Jardim Aeroporto - Tatuí/SP.

4. Dominialidade

O imóvel que abriga as instalações da Fatec de Tatuí é de Titularidade da Prefeitura Municipal de Tatuí, cuja posse foi outorgada a este CEETEPS por intermédio de convênio vigente até 01/06/2027.

Importante salientar que, há tratativas referentes à doação, autorizada pela Lei Municipal n.º 4.237 /2009, em fase final de instrução processual, aguardando documentação da Prefeitura para conclusão.

5. Descrição da necessidade

A necessidade de adequação da cabine primária da Fatec de Tatuí, decorre de solicitação da Coordenação da própria Unidade de Ensino, a qual relatou diversas ocorrências de desarmes do disjuntor, que vem afetando consideravelmente o regular funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas.

A Coordenação relata que, sempre que tal fato ocorre, é necessário acionar a concessionária responsável, para que esta verifique e identifique "*in loco*" se o problema decorre de fator externo à edificação. Tal atendimento, tende a demorar em torno de 4 a 6 horas para ser efetivado.

Somente após tal constatação, é acionada empresa privada especializada (nos casos em que seja comprovado problema interno da Unidade de Ensino), para intervenção, cujo atendimento tende a demorar pelo menos, mais 04 horas para o devido reparo.

Ademais, cada reparo realizado, costuma custar o montante de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), o que vem impactando a Unidade de Ensino, também, no âmbito econômico.

Cientes da problemática apontada pela Fatec de Tatuí, esta Coordenadoria Geral de Infraestrutura (CGINF), promoveu vistoria "in loco", constatando que, o disjuntor atual apresenta fadiga em seu funcionamento, bem como, a ocorrência de revitalização da cabine primária, efetivada para atender a inclusão de painéis solares, torna necessária a adequação elétrica, com a modernização do disjuntor principal, o que reduzirá os problemas de falhas no fornecimento e/ou oscilação de energia, além de garantir a compatibilidade com o relé de monitoramento, que passará a supervisionar as funções de proteção na totalidade e a inclusão de painel externo para rearme do disjuntor em caso de atuação em decorrência de algum evento anormal, reduzindo, ainda custos para a Unidade de Ensino.

Desta forma, faz-se necessário promover a contratação em tela, objetivando promover a segurança das instalações elétricas da Fatec de Tatuí, reduzir custos extraordinários da unidade, garantindo, por fim, a continuidade da oferta do Ensino Superior Tecnológico de qualidade naquele Município.

6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria Geral de Infraestrutura - CGINF	Bruna Fernanda S. Ferreira

7. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS LEGAIS

Conformidade com a Lei n.º 14.133/2021 e demais regulamentações Estaduais;

Respeito à legislação ambiental;

Conformidade com as normas técnicas brasileiras de construção civil e segurança;

Conformidade com as normas técnicas de acessibilidade e combate ao incêndio vigentes;

REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

- Gestão eficiente de resíduos na construção;

- Conformidade com os seguintes Dispositivos Legais:

- Decreto n.º 48.138/2003: Institui medidas de redução de consumo e racionalização do uso de água no âmbito do Estado de São Paulo;

- Lei n.º 12.684/2007: Proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

- Decreto n.º 66.819/2022: Reformula o Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira - CADMADEIRA, criado pelo Decreto nº 53.047, de 2 de junho de 2008, e dá providências correlatas;

- Decreto n.º 67.409/2022: Cria o Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que produzem produtos e subprodutos de origem mineral - CADMINÉRIO e estabelece procedimentos para sua aquisição pelo Governo do Estado de São Paulo.

NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

A natureza dos serviços, é de fundamental importância para a escolha da modalidade de licitação, meio pelo qual, se promoverá a contratação. Assim, incumbe-nos discriminar que a natureza dos serviços pretendidos se classifica como **SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA**, eis que de especificação usual no mercado e padrões de desempenho e qualidade objetivos.

A Lei Federal n.º 14.133/2021, define como serviços comuns de engenharia, o constante no artigo 6º, inciso XXI, alínea 'a':

*XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

*a) **serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;** (grifos nossos).*

Ressalta-se que a eventual natureza complexa do objeto a ser licitado não inviabiliza sua classificação como 'objeto comum'. Por tratarem exatamente desta distinção, traz-se as lições de MARÇAL JUSTIN FILHO:

(...) o objeto é classificado como comum porque a sua configuração (simples ou complexa) é uniforme ou as variações são irrelevantes para a Administração”.

Sabendo, que a complexidade dos serviços não é suficiente para afastar, de imediato, sua classificação como comum, incumbe-nos, enquanto área técnica eleger para adoção do pregão, apenas os serviços cujos quais possuam natureza uniforme e de prática habitual no mercado.

É preciso lembrar, que com o advento da tecnologia, serviços considerados peculiares, podem ao transcorrer das atualizações, sempre tão dinâmicas, tornarem-se comuns. Desta forma a evolução das atividades empresariais tendem a abranger, cada vez mais, a classificação de bens e serviços tidos como comuns.

Os serviços a serem executados na contratação aqui pretendida, foram definidos no memorial descritivo e demais documentos técnicos que compõe a instrução processual, contendo as especificações usuais e padronizadas, de modo que, tais serviços, nem sempre serão configurados como simples, haja vista o emprego de técnicas específicas para obter os resultados pretendidos. Contudo, o mercado facilmente absorve a prestação destes serviços. Outrossim, é possível especificar detalhadamente o resultado esperado, de modo que os padrões podem ser objetivamente definidos no edital, de modo que, não haverá quaisquer prejuízos ao desempenho e qualidade esperados.

Neste sentido, o Artigo 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021, preconiza:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Ademais, o parágrafo único do artigo 29 do mesmo diploma legal, excetua a utilização do pregão, para serviços de engenharia, classificados como sendo de natureza comum, senão vejamos:

*Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, **exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.** (grifos nossos).*

Pelo exposto, entendemos que, os serviços a serem contratados se classificam como Serviços Comuns de Engenharia.

PRAZOS DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E EMISSÃO DOS TERMOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

O prazo de execução dos serviços está estimado em **30 (trinta) dias**, a contar a partir da Ordem de Início dos Serviços, conforme Cronograma Físico Financeiro.

O prazo para vigência contratual deverá ser de **80 (oitenta) dias**, o qual contempla o prazo de execução dos serviços, o prazo para a emissão do Termo de Recebimento Provisório, e o prazo para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e, o prazo para efetivação do último pagamento, a saber:

- a) Prazo de execução do serviço: 30 (trinta) dias;
- b) Prazo para a emissão do Termo de Recebimento Provisório: 15 (quinze) dias;
- c) Prazo para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo: 30 (trinta) dias;
- d) Prazo de início da execução: até 05 dias úteis a contar da assinatura da Ordem de Início dos serviços.

Esclarecemos, ainda, que os prazos, que devem ser estipulados na minuta de contrato, referente ao Recebimento do Objeto contemplando o Termo de Recebimento Provisório e Definitivo, encontram-se baseados na Lei Federal 14.133/2021 em seu artigo 140, § 3º, que dispõe:

“Art. 140. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;*
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; (...)*

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.”

Assim, com base nas experiências anteriores de contratações desta Autarquia, no que se refere às obras e serviços de engenharia, entendemos que, o Termo de Recebimento Provisório deverá ser emitido em até 15 (quinze) dias após comunicação escrita da Contratada acerca da conclusão dos serviços e, o Termo de Recebimento Definitivo, deverá ser emitido em até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

REGIME DE EMPREITADA

Em consonância com o inciso XXVIII, do artigo 6º, da Lei de Licitações n.º 14.133/2021, que define a empreitada por preço unitário, bem como, o entendimento do Tribunal de Contas da União (disponível em esecontratos.tcu.gov.br/4-4-1-1-empreitada-por-preco-unitario-epu/), esta Área Técnica, entende que a modalidade adequada para a execução dos serviços aqui pretendidos, é a **Empreitada por Preço Unitário**, conforme veremos a seguir:

Sabemos que, o Regime de Empreitada por Preço Unitário, aplica-se quando se contrata a execução por unidades de serviços determinadas, que por sua vez, serão pagas por itens unitários, à pretensa contratação se aplica o regime supracitado. Isto porque, as intervenções aqui pretendidas possuem como característica própria, certo nível de imprevisibilidade, pois, ocorrerão em instalações já existentes.

Ora, tal característica, por si só, já é capaz de afastar o Regime de Empreitada por Preço Global, eis que, este exige que os serviços a serem executados possam ser definidos com precisão e alto grau de detalhamento.

Logo, em se tratando de intervenção em instalações já existentes, o regime adequado é o de **PREÇO UNITÁRIO**, pois, mesmo com projetos bem elaborados, pode haver variações quantitativas substanciais. Não obstante a imprevisibilidade destacada, não se pode supor que há falha na elaboração dos projetos. O que de fato há, é uma inexatidão ligada às intervenções dada a estrutura previamente existente.

Nestas situações, constata-se a incidência de maior imprevisibilidade quanto aos quantitativos orçados, isto porque, pode ocorrer variação do cenário projetado. Ao intervir em uma estrutura existente, podemos encontrar situação distinta da esperada. Por exemplo: para uma intervenção na rede elétrica de uma Unidade de Ensino, onde fora estimado aproximadamente 300 metros de remoção de cabos; contudo, iniciados os trabalhos, nota-se que, maior parte desta estimativa está prejudicada, sendo necessário retirar mais 100 metros, isso porque para o referido caso os fios e cabos se encontram encobertos e, somente após a exposição é que se terá a real situação. Ou seja, é completamente aceitável a variação deste quantitativo, sem que isso enseje erros ou deficiência na elaboração dos projetos e, também, da estimativa orçamentária.

Ressalta-se, inclusive que, essa variação pode ocorrer tanto a maior, quanto a menor, o que por sua vez pode incidir em acréscimos ou decréscimos quantitativos. Isto porque, a imprevisibilidade é característica inerente das intervenções ocorridas em edificações já existentes, dentre outros tipos de intervenções, para as quais a empreitada por preço unitário é a que efetivamente propicia uma contratação vantajosa, sem desvirtuar o próprio conceito de sua tipologia.

Por todo o exposto, entendemos que a pretensa contratação, por se tratar de intervenção nas instalações elétricas de unidade escolar já existente, apesar dos Projetos que a instruem, estarem em

consonância com os atributos previstos na legislação norteadora das Licitações, há imprevisibilidade intrínseca ao tipo de intervenção, sendo a EPU, a opção que melhor atende ao interesse público.

MODO DE DISPUTA

Nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, entendemos que para a pretensa contratação, o modo de disputa deverá ser aberto, oportunidade em que os licitantes apresentarão suas propostas por intermédio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, visto que se trata de contratação cujo critério de julgamento é o de menor preço para os itens da licitação. Outrossim, no modo de disputa aberto, resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor será aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento dessa etapa de disputa.

O estímulo contínuo da disputa de preços no modo aberto, ou seja, os lances sucessivos e públicos, afasta todo risco de empresas amadoras (novas no mercado) lançarem valores fora do mercado numa etapa fechada (que é sigilosa). Os preços em disputa aberta ficam claros para melhor competição entre os participantes, a fim de evitar riscos na contratação, contribuindo para ter uma licitação que alcance mais prontamente os resultados pretendidos.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA

Para a pretensa contratação, baseando-nos nas Súmulas 23, 24 e 25, do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP, deverá ser comprovada a capacidade técnico-profissional, mediante a apresentação da Certidão de Acervo Técnico das parcelas de maior relevância, e a qualificação operacional mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, senão vejamos:

SÚMULA Nº 23 - Em procedimento licitatório, a comprovação da capacidade técnico-profissional, para obras e serviços de engenharia, se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), devendo o edital fixar as parcelas de maior relevância, vedada a imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos.”

“SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”

“SÚMULA Nº 25 - Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho,

sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.”

Importante mencionar que, **o próprio Tribunal de Contas, reviu o texto das supracitadas Súmulas, com vistas a adequá-las ao preceito constante do artigo 67, da Lei de Licitações n.º 14.133/2021, senão vejamos:**

A Súmula TCESP nº 24[1], versando sobre a exigência de comprovação da qualificação operacional, já admitia a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.

Doravante, à luz da LF nº 14.133/2021, passa-se a observar a limitação ao percentual de 50%. (g.n.).

[...]

*Pertinente à capacidade técnico-operacional, oportuna remissão a outra Súmula editada pelo TCESP, a de nº 23[2], estabelecendo que **a comprovação se materializa mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), devendo o edital fixar as parcelas de maior relevância. Na parte correlata à imposição de quantitativos mínimos, deixou de prevalecer a vedação prescrita nessa Súmula, à vista do previsto na NLLCA. (g.n.).***

Neste sentido, elegemos os serviços abaixo indicados, a serem considerados como os de maior relevância técnica e financeira:

- **EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: 1,000 CJ** (representa 50% da Planilha Orçamentária).

Os serviços de maior relevância são essenciais para verificarmos se as empresas que pretendem apresentar a proposta, possuem experiência na execução dos serviços pertinentes a esse objeto, serviços estes, definidos em função do valor significativo em relação ao objeto da pretensa licitação, da quantidade e relevância técnica.

Quanto a sua definição, informamos que os quantitativos se perfazem na proporção de 50% (cinquenta por cento), da quantidade constante na Planilha Orçamentária. A observação dos serviços de maior relevância é importante para que a pretensa contratada demonstre que possui condições de executar o objeto da demanda, tudo conforme preconiza o artigo 67, da Lei Federal 14.133/2021 e, cumulado, ainda, com o prelecionado na Súmula nº 24 do TCESP.

Ressalta-se, que para a comprovação da capacidade técnico - profissional, deverá se exigir os mesmos serviços, excluindo-se os quantitativos.

Salienta-se, ainda, que deverá constar expressamente a possibilidade de somatória dos atestados, até a completude do quantitativo exigido, conforme entendimento do Egrégio Tribunal de Contas da União – Acórdão 1983/2014 - TCU – Plenário, bem como conforme comentários^[2] ao artigo 67 da Lei 14.133/2021, exarados pelo E. Corte de Contas Estadual, senão vejamos:

*“Importante aqui comprovar que a empresa licitante já executou obras ou serviços semelhantes e/ou similares, **com a possibilidade de somatória de atestados.**” (g. n.).*

Por oportuno, quando da adjudicação do objeto à empresa vencedora do certame, deverá apresentar o Registo de Classe em validade, contendo o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, quando sua sede estiver situada em região não compreendida na área de jurisdição das referidas entidades, de acordo com a determinação do artigo 69 da Lei n.º 5.194/1966:

Art. 69. Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado.

Salientamos que, tal documentação somente será exigida da adjudicatária.

Assim, entendemos que tais cláusulas não restringem a licitação e estão em conformidade com as exigências legais, bem como, atendem as orientações normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

[2] Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao-comentada/lei-14133-1o-abril-2021/67#:~:text=Doravante%2C%20%C3%A0%20luz%20da%20LF,possibilidade%20de%20somat%C3%B3ria%20de%20atestados.>

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Participação de empresas em recuperação judicial/extrajudicial

Considerando as orientações exaradas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, acerca da participação de empresas em recuperação judicial nos procedimentos licitatórios, propomos seja incluída a participação destas empresas no certame, senão vejamos:

Súmula n.º 50 – TCESP: Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

Ademais, verificou-se que as minutas padrão de Termo de Referência do Estado de São Paulo, disponíveis no site ‘compras.sp (toolkits)’ também permitem a participação de empresas em recuperação extrajudicial.

A possibilidade de participação destas empresas, desde que amparada em documentos que certifiquem que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, resguarda esta Administração e a própria execução do objeto, a fim de regulamentar a participação de empresas em recuperação judicial, também no ato da contratação e na execução dos serviços.

Nesse sentido, com vistas a resguardar a execução dos serviços, é importante que, caso uma dessas empresas se consagre vencedora, ela deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, os documentos comprobatórios de que o plano de recuperação judicial ou extrajudicial está sendo cumprido. Da mesma forma, para o correto acompanhamento dessa situação, a cada pagamento, a futura contratada em uma dessas condições, deverá demonstrar o cumprimento do seu plano, de forma a comprovar a manutenção das condições de habilitação.

Assim, entendemos ser importante a exigência da apresentação de uma declaração de que tais participantes apresentarão esses documentos para a assinatura do contrato, porquanto, o não atendimento de tais planos, pode ensejar a falência da empresa, trazendo possível prejuízo à Administração, caso o contrato precise ser rescindido.

Reitera-se, por fim, que tais exigências, requeridas para a qualificação econômico-financeira, obedeceram, rigorosamente, as orientações supracitadas do TCESP, de forma a preservar a contratação, sem que tais regras restrinjam a competitividade.

Da ausência de exigência de balanço patrimonial

No tocante ao afastamento da necessidade da apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, primeiramente cumpre destacar alguns pontos de vital importância.

O primeiro destaque, recai sobre os objetivos da licitação. A doutrina é pacífica ao acentuar os traços essenciais e suas finalidades para o êxito de um Processo Licitatório, razão pela qual, interessante se faz, apresentar algumas das referências citadas pelos doutrinadores da obra de Meirelles.

Carlos Medeiros Silva preleciona: "A finalidade da concorrência pública (licitação) é precisamente a de, mediante publicidade adequada, limitar o arbítrio, restringir o âmbito das opções, cercear a livre escolha dos candidatos, tomar objetivos os requisitos das propostas, a fim de impedir soluções pessoais e que não sejam inspiradas no interesse público" ("Parecer" in RDA 79/465, apud, MEIRELLES, 2007, 27).

J. Nascimento Franco-Nisske Gondo dizem: "Trata-se de um processo que a um só tempo restringe o arbítrio do agente do Poder Público na seleção dos seus fornecedores, enseja a todos os interessados igualdade de condições na apresentação do negócio e impõe a escolha do que apresentar a melhor proposta" (FRANCO; GONDO, 1969, apud, MEIRELLES, 2007, 27).

Celso Antônio Bandeira de Mello em síntese sobre Licitação profere o seguinte ensinamento, vejamos:

Celso Antonio Bandeira de Mello, "Licitação - em suma síntese - é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais

vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir". (MELLO, Curso de Direito Administrativo, 2004. p. 483.)

Em outras palavras, pode-se dizer que a licitação tem como objetivo principal: garantir que todos os interessados possam participar do processo em condições iguais (princípio da isonomia); alcançar a proposta mais vantajosa e, promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Ademais, impende trazer à baila o disposto no inciso XXI do artigo 37 da CF, que dispõe:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Notadamente, pela leitura do texto constitucional, verifica-se que **somente deve ser exigido em edital de licitação, a comprovação de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia das obrigações.** Dessa forma as exigências de habilitação devem ser razoáveis e não devem ser utilizadas com o objetivo de limitar a participação de interessados, muito menos restringir a competitividade entre eles.

Assim, pela supremacia do interesse público sobre o privado, a Administração Pública tem a plena discricionariedade, dentro de sua análise de conveniência e oportunidade, para não exigir o Balanço Patrimonial, até porque, ele, além de restringir a disputa, não garante por si só que o futuro contratado esteja apto a cumprir as obrigações assumidas.

Outrossim, a Administração visa a ampliação da disputa em observância ao Princípio da Competitividade, eis que, quanto maior o número de concorrentes, mais chance tem de selecionar a proposta mais vantajosa.

Nesse sentido, a decisão desta Administração é corroborada pelo entendimento da própria Corte de Contas da União, senão vejamos:

Tribunal de Contas da União – TCU:

O artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece que somente serão permitidas, nos processos licitatórios, exigências de qualificação técnica e econômica "indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". Acórdão 768/2007 Plenário (Sumário).

Abstenha-se de estabelecer exigências desnecessárias ou excessivas, que restrinjam indevidamente a competitividade dos certames. Acórdão 2882/2008 Plenário.

Noutro giro, o edital já deverá exigir outras comprovações, nos termos da lei, como a qualificação técnica operacional e profissional; bem como, a apresentação de certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, que resguardam a Administração para contratar com empresa que possua as condições mínimas necessárias para a devida execução do objeto, razão pela qual,

entendemos que a não apresentação de balanço patrimonial não afeta a segurança do certame, eis que, outras comprovações são exigidas das empresas licitantes, visando resguardar a execução contratual.

VISITA TÉCNICA

A visita técnica é imprescindível para a correta apresentação das propostas pelas licitantes, visto que, ao conhecer o local da execução das obras aqui pretendidas, estas deterão pleno e satisfatório conhecimento das condições de execução do objeto. Entretanto, entende-se que a visita pode ser facultativa, ressaltando-se, para tanto, a possibilidade de os licitantes declararem formalmente deter conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, dispensando-se de realizar a vistoria, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 63 da Lei 14.133/21, senão vejamos:

*§ 3º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, o edital de licitação **sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. (g.n.).***

Outrossim, a Lei n.º 14.133/2021, em seu artigo 67, inciso VI, dispõe que, a licitante poderá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Nestes termos, entendemos que deverá constar informação no Edital, de que a visita técnica é imprescindível, contudo, não será obrigatória, devendo o licitante apresentar declaração de conhecimento do local onde será executada a obra, caso opte por deixá-la.

VEDAÇÃO LEGAL DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

Nos termos do artigo 14, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, **fica vedada** a participação de empresa responsável, isoladamente ou em consórcio, **pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, bem como de empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado**, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

Esta vedação visa garantir a competitividade, a isonomia e a moralidade do certame, tratando-se de uma medida preventiva necessária para resguardar o interesse público e a integridade do certame. A participação do autor do projeto na fase de execução poderia comprometer a isonomia, vez que, o autor do projeto detém informações privilegiadas e conhecimento detalhado da concepção da obra antes dos demais licitantes, o que lhe conferiria uma vantagem competitiva injusta; além de comprometer a moralidade e a impessoalidade, uma vez que, a empresa projetista poderia ter elaborado o projeto, visando favorecer técnicas, insumos ou equipamentos dominados especificamente por ela.

Isto posto, **fica vedada** a participação, na presente licitação, das seguintes pessoas físicas e/ou jurídicas, responsáveis pelas elaborações dos projetos, conforme os documentos técnicos (ARTs e RRTs) acostados aos autos.

Ressalva-se que, a critério da Administração e exclusivamente em seu interesse, o autor dos projetos e a empresa responsável por sua elaboração poderão atuar em atividades de apoio técnico relacionadas ao planejamento da contratação, à condução da licitação ou à gestão e fiscalização contratual, desde que tais atividades sejam desempenhadas sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade contratante, sem prejuízo da observância dos princípios da impessoalidade, da moralidade e da segregação de funções.

Insta salientar, ainda, que o §3º do mencionado artigo, estabelece que *“equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico”*.

Neste sentido, a vedação à participação do autor do projeto na execução da obra permite que esta Administração tenha uma visão crítica sobre possíveis erros de projeto durante a obra, sem que haja conflito de interesses por parte da contratada.

A participação no certame implica declaração de inexistência de impedimentos legais e de pleno atendimento às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

EXCLUSÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

Conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021, a participação de empresas sob a forma de consórcio em processos licitatórios está sujeita a diferentes considerações e restrições explicitadas pelo próprio texto legal. Considerando os aspectos relevantes da contratação de uma empresa de engenharia para adequação da cabine primária da Unidade, chegou-se ao entendimento de que a vedação à participação de empresas na forma de consórcio é a medida mais adequada a ser adotada neste caso específico. No âmbito da supracitada Lei de Licitações, mais precisamente no Art. 15, a participação de consórcio em licitações é permitida, desde que atendidas determinadas formalidades.

Entretanto, a complexidade e os custos administrativos para a fiscalização e gerenciamento da execução contratual por consórcios, podem ser exponencialmente maiores quando comparados com contratações diretas. Alguns dos fatores que contribuem para essa decisão, são:

A natureza da obra – serviços de engenharia para adequação de cabine primária, não demanda o nível de capacitação técnica geralmente associado aos consórcios, os quais são frequentemente formados para grandes projetos de engenharia;

A gestão do contrato e a fiscalização tendem a ser mais ágeis e eficazes quando lidamos com uma única empresa contratada, garantindo uma responsabilização mais direta e diminuindo os riscos de conflitos internos de um consórcio que possam impactar a entrega do objeto;

A eventual divisão de responsabilidades entre as empresas do consórcio poderia acarretar falhas na comunicação ou na coordenação das atividades, o que poderia comprometer o cronograma e a qualidade da construção

Diante do exposto, a decisão pela vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio busca, sobretudo, assegurar o interesse público mediante a simplificação da contratação e a garantia de maior controle e eficiência na execução do objeto licitado, alinhando-se aos princípios de economicidade, eficiência e eficácia propostos pela Lei n.º 14.133/2021.

SUBCONTRATAÇÃO

Deverá constar nas minutas de edital e contrato a vedação da subcontratação do presente objeto.

A vedação à subcontratação, justifica-se pela singularidade técnica e pelos riscos intrínsecos às intervenções em cabines primárias de média/alta tensão. Considerando que a segurança das instalações da Fatec e a integridade física dos usuários dependem da execução rigorosa por profissionais qualificados, esta Administração busca garantir que o serviço seja prestado diretamente pela empresa que comprovou sua expertise no certame. Ademais, o prazo exíguo de 30 dias exige comando direto sobre a mão de obra, visando evitar falhas de coordenação que poderiam comprometer o cronograma e a continuidade do serviço público.

POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS DISTINTOS NA MESMA ÁREA DA EXECUÇÃO DESTE OBJETO

Esta Autarquia se reservará no direito de executar na mesma área, caso seja necessário, obras e/ou serviços distintos dos abrangidos na pretensa contratação, sem qualquer interferência da execução do objeto aqui pretendido, em virtude da possibilidade de que haja outras obras ou serviços, provenientes de licitações distintas, em ETEC(s) ou FATEC(s) que estejam em uma mesma área, ou mesmo em uma única unidade que necessite de serviços distintos (objetos distintos), provenientes de outras licitações, o que resguarda o interesse desta Administração, e não afetará o certame.

ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Nas hipóteses de eventuais alterações contratuais, a exemplo: aditivos de acréscimo ou decréscimo de valor, prazo ou ajustes de serviços, deverá esta Contratante analisar e aprovar previamente as solicitações, não podendo a Contratada continuar a execução dos serviços sem expressa autorização, o que evita a execução de serviços extracontratuais e, por sua vez, caberá a Contratada postular a solicitação de alteração, encaminhando por escrito, à esta Contratante, por intermédio de sua fiscalização, a respectiva solicitação, acompanhada das planilhas, quadro comparativo e cronograma físico-financeiro, com justificativa circunstanciada, para análise e aprovação, não sendo permitida a continuação dos serviços sem autorização prévia desta Contratante para tanto.

Se admitida a alteração, será lavrado o competente Termo de Aditamento, que terá como base o Cronograma Físico Financeiro reprogramado, elaborado pela Contratada e aprovado pela Contratante. O Termo de Aditamento deverá ser acompanhado sempre do Cronograma Físico-Financeiro, resultante da (s) alteração (ões).”

Dessa forma, entendemos que a consignação expressa das incumbências da Contratada, são de total relevância, pois, estabelecem uma obrigação formal em promover o pedido, quando for o caso, mediante solicitação circunstanciada e documentada.

EXIGÊNCIA DE CURRICULUM VITAE

Informamos que não deverá constar exigência de curriculum vitae do profissional que irá acompanhar os serviços, bastando que as licitantes comprovem que possuem em seu quadro de funcionários, profissional competente para o acompanhamento, conforme já justificado no item que versa acerca da qualificação técnica.

Esta medida resguardará o certame de eventuais restrições à participação das empresas interessadas.

AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE MARCAS

Informamos que não consta no memorial descritivo quaisquer indicações de marcas.

UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA

Considerando a existência de serviços na planilha orçamentária, que utilizarão madeira na execução da pretensa contratação, a empresa a ser contratada deverá utilizar apenas de produtos e subprodutos de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal.

GARANTIAS

Garantia da contratação

A possibilidade de se exigir a prestação de garantia, encontra amparo nos artigos 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/21. Tal possibilidade, pode ser exigida nas contratações de obras, serviços e compras, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado; ficando a critério da Autoridade Competente, de acordo com o caso concreto e, desde que esteja prevista no instrumento convocatório.

Neste interim, considerando a pretensa contratação, objetivando a adequação de cabine primária, importante item que compõe as instalações elétricas da Fatec, a relevância dos serviços, o valor orçado, prazo de execução exíguo, é conveniente e oportuno para a Administração, com vistas a resguardar a execução contratual, exigir a prestação da garantia, tutelando, assim, o interesse público e evitando qualquer prejuízo para esta Administração, em caso de inadimplemento das obrigações avençadas pela contratada, bem como, quaisquer eventuais prejuízos por ela causados.

Assim, **propomos que o valor da garantia seja de 05% (cinco por cento) do valor total contratado, a qual deverá ser recolhida antes da assinatura do contrato, abrangendo toda a vigência contratual (que será de 80 – oitenta) dias.** Oportuno ressaltar, que ao final da execução contratual, a garantia prestada será liberada ou restituída, nos termos do artigo 100, da Lei de Licitações.

Ademais, tal obrigação recai tão somente à contratada, de modo que não restringe à participação no certame, nem viola o Princípio da Isonomia, e ainda, resguarda a execução contratual, bem como o interesse público.

Garantia da obra

O prazo de garantia contratual dos serviços será de 05 (cinco) anos, conforme artigo 140, §6º da Lei 14.133/2021, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo

Garantia dos Equipamentos

O prazo de garantia dos equipamentos é de **12 (doze) meses**, conforme determinação da **Norma Técnica ABNT NBR 15575-1_2013 – Edificações Habitacionais – Desempenho – Tabela D1**, que contempla: o prazo de garantia legal de equipamentos de 90 (noventa) dias, estabelecido pelo inciso II, artigo 26 do Código de Defesa do Consumidor e a garantia contratual de praxe de mercado que é de 09 (nove) meses.

Por oportuno, informamos que o prazo de garantia deverá ser contado da data de Recebimento Definitivo do objeto.

Assim entendemos que tal exigência não restringe o certame e resguarda esta Administração de eventuais problemas com os equipamentos a serem instalados.

VALIDADE DA PROPOSTA

Com a finalidade de resguardar a fase externa da licitação, que por vezes é muito extensa, entendemos que a validade das propostas deverá ser de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar de sua apresentação.

Tal prazo, se faz necessário, tendo em vista as fases do certame licitatório, principalmente àquelas atinentes à Proposta e Habilitação. Nestas fases, considerando que quanto maior o número de participantes, maior será o tempo demandado para análise das propostas, pode haver, ainda, a necessidade de diligenciar, a fim de balizar as análises devidas, bem como a interposição de recursos administrativos, o que acaba por dilatar o prazo do procedimento, influenciando diretamente na vigência das propostas apresentadas.

Considerando, ainda, a possibilidade de impugnações ou interposição de recursos, o que, também, demanda tempo, devendo ser observados os prazos da Lei 14.133/21.

Assim, considerando todos os atos inerentes ao certame, sobretudo quanto aos prazos que os envolvem, a validade da proposta pode se esvaír durante o procedimento licitatório (se tiver um prazo exíguo), motivo pelo qual, necessariamente, impõe-se que tal validade seja estabelecida em 120 (cento e vinte) dias, a fim de que a vigência da proposta vencedora se mantenha até o final do procedimento licitatório, evitando-se, assim, danos para a Administração.

Isto porque, se esse prazo se exaurir antes da contratação, a respectiva vencedora fica desobrigada do compromisso assumido, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 90, da Lei 14.133/21, fazendo com que todos os atos, até então concluídos, restem prejudicados, impedindo, desta forma, a respectiva contratação, que deverá se efetivar a partir de um novo procedimento licitatório, caso as demais colocadas se neguem a oferecer seus valores nas mesmas condições da primeira classificada.

Diante do exposto, entendemos que o prazo de validade das propostas deverá ser de 120 (cento e vinte) dias, resguardando o certame.

EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Para a pretensa contratação, entendemos pela exclusão da participação de Cooperativas. Isto porque, considerando a Deliberação (SEI Nº 0017044/2021-10)^[3] emitida em 15/12/2022 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por intermédio da qual informa que não há amparo legal para a participação de cooperativas de trabalho em procedimentos licitatórios voltados à contratação de serviços que, pela real natureza da relação a ser estabelecida, demandem subjacente vínculo de subordinação e dependência, bem como pessoalidade e habitualidade.

A vedação à participação de cooperativas justifica-se com fulcro no Art. 16, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A natureza do objeto versa acerca da adequação de cabine primária, serviço que exige a execução sob estreita subordinação técnica, hierárquica e disciplinar, conforme as normas de segurança do trabalho (NR-10) e normas técnicas (NBR 14039). A complexidade das intervenções em sistemas de alta tensão demanda um comando unificado e controle rigoroso sobre a equipe, o que se mostra incompatível com o regime de autonomia e horizontalidade próprio das cooperativas de trabalho. Ademais, o objeto envolve o fornecimento de materiais e equipamentos, característica que descaracteriza a atividade típica de cooperativas de mão de obra

Assim, resta inviabilizada a participação de cooperativas para a pretendida contratação.

[3]https://do.tce.sp.gov.br/sei/modulos/tcesp/boletim/md_boletim_visualizar.phpacao=boletim_visualizar&protocolo_doc_formatado=0002252

INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

Deverá a empresa vencedora, antes da assinatura do contrato, apresentar declaração indicando o representante legal para assinatura do contrato, informando os dados pessoais (R.G., C.P.F., data de nascimento, endereço residencial completo e telefone), endereço eletrônico (e-mail pessoal) e seu respectivo cargo/função.

Tal declaração se justifica, tendo em vista que estes dados serão necessários para o devido preenchimento do Termo de Ciência e Notificação, documento necessário ao cumprimento das normas do Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

8. Levantamento de Mercado

Considerando o objeto aqui pretendido, bem como as experiências desta área técnica, neste tipo de contratação, entendemos que a alternativa mais viável, visando a adequação da cabine primária da Fatec de Tatuí, é a contratação de empresa especializada, por intermédio do devido processo licitatório.

Isto porque, os meios alternativos (contratação de empresa, pontualmente, quando da interrupção da energia elétrica com a queda do disjuntor, prejudica grandemente as atividades da unidade escolar, tendo em vista que, é necessário aguardar a empresa concessionária comparecer até a unidade escolar e constatar se o problema é interno ou externo e, somente após tal constatação, é que a Fatec consegue solicitar uma empresa para realizar o serviço, o que impacta o calendário escolar e, traz prejuízos ao erário público, considerando que, a Unidade vem relatando diversas interrupções de energia, em curto período, de modo que, a cada solicitação de reparo, são gastos, aproximadamente R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para normalizar os serviços.

Desta forma, a licitação para contratação das adequações necessárias, respalda esta Administração, porquanto será contratada a execução da demanda como um todo, por intermédio da escolha da proposta mais vantajosa, observados os critérios de seleção do fornecedor estipulados pela Autarquia.

Ademais, a seleção de uma empresa que possui expertise comprovada em serviços similares e é capaz de atender as especificações técnicas e prazos necessários, garantirá a entrega de todas as intervenções necessárias na unidade, assegurando maior controle sobre a qualidade dos serviços.

9. Descrição da solução como um todo

Considerando as premissas estabelecidas pela Lei 14.133/21, que norteiam as contratações públicas visando o atendimento ao interesse público com a seleção da proposta mais vantajosa, realizou-se uma análise minuciosa da solução apresentada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) objetivando as adequações necessárias na cabine primária da Fatec de Tatuí, o que garantirá a continuidade da oferta do Ensino Tecnológico de qualidade, com a segurança das instalações elétricas de acordo com as normas técnicas vigentes.

A solução aqui descrita, alinha-se ao dever de planejamento, eficiência, e à obtenção de resultados que demonstrem eficácia administrativa e fora conjuntamente avaliada pelas áreas técnicas do Departamento de Engenharia desta Coordenadoria Geral de Infraestrutura – CGINF, e considerada a mais adequada para atender às necessidades da Fatec de Tatuí.

A solução técnica apresentada como objeto deste ETP, configura-se como a opção mais eficiente e eficaz no atual mercado de contratações, pois foi projetada para otimizar recursos financeiros, físicos e humanos, maximizando seu valor ao longo do ciclo de vida da infraestrutura escolar. Ressalta-se o alinhamento da solução ao que estabelece o art. 12 da Lei 14.133/2021, assegurando que o planejamento seja adequado e eficiente, conforme os parâmetros estabelecidos, além de estabelecer critérios claros e objetivos para julgamento das propostas.

Por fim, a especificação deste objeto visa modernizar a cabine primária da Fatec, consolidando-se como a solução técnica mais adequada. O investimento assegura não apenas a operação atual, mas a longevidade da infraestrutura educacional na região, assegurando uma solução duradoura e eficiente, pautada pelo melhor aproveitamento dos recursos e pelo compromisso com a efetividade pública.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades que se pretende contratar, teve como parâmetro as contratações anteriores para este tipo de empreendimento, a saber:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
1	Serviços de Engenharia	1,000	Serviço
<i>Especificação:</i> Serviço de engenharia para adequação da cabine primária - Fatec Prof.º Wilson Roberto Ribeiro de Camargo - Tatuí/ SP.			

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 274.108,04

O valor estimado de investimento para realizar as intervenções referentes às adequações necessárias na cabine primária da Fatec de Tatuí, é de R\$ 146.233,99 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e trinta e três reais e noventa e nove centavos).

Insta salientar que, o valor estimativo, foi obtido com base nos boletins referenciais, na seguinte conformidade: A Listagem de Serviços, Composições de Preços Unitários e os Critérios de Medição e Regulamentação de Preços dos serviços constantes na Planilha Orçamentária foram adotados com base na Fundação de Desenvolvimento Escolar - FDE Não Desonerado (ANO/MÊS) 2026/01; Não havendo os serviços nos critérios antes mencionados foram adotados os da Companhia Desenvolvimento Habitacional Urbano - CDHU Boletim 199 e Tabela Sem desoneração vigência (ANO/MÊS) 2026/02, e o da SINAPI Custo de composições Não Desonerado (ANO/MÊS) 2026/02.

Ainda com relação ao valor estimativo, o qual, para a contratação de obras e serviços de engenharia, será acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI de referência, esclarecemos que o BDI desta contratação **contempla a decomposição do percentual a ser apresentado**. Nestes termos, o aludido documento considera: **As despesas de rateio da Administração Central; Lucro; Despesas Financeiras; Seguros, Garantias e Riscos e Incidência de Tributos**.

Ademais, da verificação do respectivo documento, é possível perceber que a composição que originou o BDI para a pretensa contratação, baseia-se no modelo do relatório do **Tribunal de Contas da União (TC 036.076/2013-2) - Acórdão nº 2622/2013 – TCU Plenário**, levando em consideração, ainda, a incidência de tributos de acordo com a municipalidade em questão.

Assim, o BDI em questão, foi calculado em 24,87%.

Por oportuno, informamos que a estimativa do valor da contratação, proveniente da utilização dos boletins referenciais supramencionados se coaduna com o disposto no inciso III do artigo 3º, do Decreto n.º 67.888/2023.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme estabelece a Lei 14.133/2021, a Administração Pública deve zelar pela obtenção de condições mais vantajosas para a contratação, o que pode incluir o parcelamento do objeto, quando tal medida promover economia de escala e a ampliação da competitividade. No entanto, após a análise detalhada e estudos técnicos quanto à eventual divisão do objeto, conclui-se que o parcelamento não é a medida mais vantajosa para a Administração Pública na contratação da empresa de engenharia para adequações na cabine primária da unidade escolar, senão vejamos:

- **Natureza do Objeto:** A adequação da cabine primária da Fatec Tatuí exige a modernização do disjuntor geral e componentes correlatos para suportar a carga elétrica atual. Trata-se de um serviço de engenharia de curto prazo (30 dias) com etapas tecnicamente interdependentes. A segmentação das atividades sob múltiplos contratos dificultaria o fluxo de trabalho e a compatibilização técnica, atrasando a solução de um problema crítico de sobrecarga que afeta a unidade. Por ser uma contratação por escopo, a obrigação só se convalida com a entrega da cabine plenamente operacional e testada;
- **Redução do Risco:** O gerenciamento de um contrato único é vital para garantir a responsabilidade técnica integral sobre o sistema de média/alta tensão. A unificação reduz riscos associados à coordenação entre diferentes empresas, evitando conflitos de responsabilidade

técnica (ART/RRT) em caso de falhas durante a modernização do disjuntor ou na reenergização da cabine;

- **Custo Administrativo:** Dado o prazo exíguo de execução (30 dias), o parcelamento geraria um ônus administrativo desproporcional. Gerenciar múltiplos processos licitatórios e contratos para uma intervenção pontual de modernização atrasaria a entrega da solução, elevando os custos operacionais e retardando a normalização do fornecimento de energia na Fatec;
- **Economia de Escala:** A concentração da demanda em um único prestador permite a obtenção de melhores preços e condições comerciais junto a fornecedores de equipamentos de proteção (disjuntores de média tensão), aproveitando a logística única de mobilização de mão de obra especializada;
- **Integralidade da Solução:** A modernização da cabine primária é essencial para que a infraestrutura comporte a carga elétrica demandada pela Unidade Escolar. A segmentação do objeto poderia comprometer a funcionalidade do sistema e a segurança das instalações, colocando em risco o pleno funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da Fatec Tatuí, que depende da estabilidade elétrica para suas operações.

Diante do exposto, posicionamo-nos contrariamente ao parcelamento da solução para a contratação em questão, haja vista que não atende aos princípios de eficiência e economicidade, podendo ainda resultar em prejuízos para a gestão do contrato e para a qualidade dos serviços a serem entregues à comunidade acadêmica de Tatuí.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Inicialmente, não há em andamento contratações correlatas ou interdependentes que possam interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretensa contratação está em consonância com o Plano de Contratação Anual – PCA 2026.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

As adequações necessárias na cabine primária da Fatec Tatuí, com foco na substituição e adequação do disjuntor de proteção, trará benefícios estratégicos e operacionais imediatos, senão vejamos:

- **Garantia da Continuidade Acadêmica:** O principal benefício é a eliminação do risco de interrupções abruptas no fornecimento de energia (quedas de energia por sobrecarga). Isso assegura que as aulas teóricas e, principalmente, as atividades práticas em laboratórios que utilizam equipamentos de alta potência, ocorram sem prejuízos ao calendário escolar.
- **Segurança Operacional e Patrimonial:** A substituição do disjuntor que não comporta a carga atual mitiga o risco de sinistros elétricos, como curtos-circuitos ou incêndios na cabine primária. A adequação protege não apenas a integridade física dos servidores e alunos, mas também o valioso acervo de equipamentos tecnológicos da unidade.

- **Eficiência Energética e Estabilidade:** Com componentes dimensionados corretamente para a demanda real da Fatec, o sistema operará com maior estabilidade, reduzindo o desgaste prematuro de componentes elétricos em toda a edificação e evitando oscilações que possam danificar computadores e maquinários sensíveis.
- **Conformidade Técnica e Normativa:** A execução por empresa especializada garante que a cabine primária esteja em total conformidade com as normas da ABNT e as exigências da concessionária de energia local, regularizando a situação técnica da instituição.
- **Suporte ao Crescimento da Unidade:** A adequação da carga permite que a Fatec Tatuí mantenha sua capacidade de expansão, possibilitando a instalação de novos equipamentos ou laboratórios sem o temor de colapso no sistema elétrico de entrada.
- **Custo-Benefício e Manutenção Preventiva:** A intervenção imediata de 30 dias evita gastos emergenciais futuros, que costumam ser significativamente mais elevados do que uma modernização planejada. Além disso, a entrega de um sistema atualizado reduz a necessidade de manutenções corretivas constantes a curto e médio prazo.

16. Providências a serem Adotadas

Indicação de agentes públicos que atuarão na fiscalização e gestão do contrato;

Liberação de acesso às dependências da Fatec de Tatuí.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Deverá a empresa contratada observar os seguintes termos:

Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, preservando a fauna e a flora existentes no local de execução dos serviços, e mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança;

No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto Estadual n.º 66.819/2022, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

Dar pleno cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 16.775, de 22 de junho de 2018.

Responsabilizar-se pela desmobilização das estruturas de apoio que houver instalado para executar os serviços, bem como pela recuperação ou reabilitação das áreas utilizadas que, por sua culpa, tenha gerado impacto ao meio ambiente;

Conferir destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da execução do objeto do contrato, nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- a. **Resíduos Classe A** (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- b. **Resíduos Classe B** (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- c. **Resíduos Classe C** (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- d. **Resíduos Classe D** (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, atendendo assim ao Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou ao Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;

Assumir, sem ônus para o CONTRATANTE, as multas que vierem a ser aplicadas pelo órgão ambiental federal, estadual ou municipal.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade desta contratação fundamenta-se na convergência entre a necessidade técnica imperiosa e a disponibilidade de soluções de mercado prontas para execução imediata.

Tecnicamente, a intervenção é viável pois consiste em serviços de engenharia de manutenção e modernização amplamente dominados por empresas do setor, com um cronograma de execução de 30 dias que se mostra compatível com o fluxo das atividades acadêmicas. A substituição do disjuntor é a solução definitiva para o gargalo energético atual, sendo preferível a paliativos que não resolvem a sobrecarga.

Sob o aspecto econômico, a contratação demonstra-se vantajosa ao prevenir danos onerosos ao patrimônio tecnológico da Fatec Tatuí e evitar a paralisação das atividades por falta de energia, o que geraria um custo social e educacional incalculável. Portanto, a modernização da cabine primária configura-se como uma escolha eficiente, de baixo risco administrativo e alto impacto positivo na segurança e na continuidade operacional da Unidade Escolar.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNA FERNANDA DOS SANTOS FERREIRA

Área Requisitante



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 14:51:12.

